



Debate

Cultura: serviço essencial

8 de Junho de 2020

Convidados: **Ana Isabel Bragança e Ricardo Baptista**, ondamarela; **Hugo Cruz**, criador e programador cultural; **Madalena Victorino e Giacomo Scalisi**, Directores Artísticos do Lavar o Mar; **Márcio Laranjeira**, Lovers&Lollypops; **Vera Mantero**, bailarina e coreógrafa, O Rumor do Fumo.

O programa “Cultura para Todos”, que visa a inclusão social através da cultura, deixou de ser prioritário. Verbas que não foram ainda comprometidas (algumas simplesmente porque não foram ainda assinados os contratos) serão alocadas a medidas de mitigação dos efeitos directos da pandemia - por exemplo, a aquisição e produção de equipamentos de saúde e bens de protecção. Uma nova linha de financiamento, “Programação Cultural em Rede”, privilegia programação cultural com potencial para alavancar o turismo e permite uma diferente abordagem - mais abrangente em termos de públicos.

Estes esclarecimentos por parte de vários agentes governamentais provocaram um debate aceso por várias razões: pela visão que se tem da Cultura e do seu papel na sociedade; pelo entendimento que se tem da cultura democrática; pelo menosprezo que parecem manifestar em relação ao trabalho com pessoas habitualmente excluídas da vida em sociedade em geral, e da participação cultural em especial; pela hierarquização dos serviços considerados essenciais para os cidadãos, onde, por exemplo, a Saúde é mais essencial que a Cultura.

E é. Dito isto, durante o estado de emergência, e agora de calamidade, a maioria dos portugueses recorre mais aos serviços de Cultura do que (felizmente) aos serviços de Saúde. Uma coisa é tão essencial como a outra.

Porque os temas associados a este assunto são muitos, neste debate (que pode ser o primeiro de muitos) gostaríamos de nos concentrar num aspecto específico. Partindo do pressuposto que a Cultura é um bem essencial, de que forma é encarada pelos profissionais do sector e pelas tutelas? Qual a linguagem que usam para se posicionarem em relação a este facto? Como se sentem enquadrados nas lógicas económicas e sociais do país? Um bem essencial necessita de “apoios” ou de investimento? Um bem essencial é servido por profissionais que recebem honorários ou por aficionados que recebem caridade? O apoio/investimento visa sustentar os profissionais do sector ou garantir o direito de acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural?

Resumo

Hugo Cruz

Como é que a Cultura comunica? As palavras importam e as pessoas devem poder sentir-se conectadas.

Não gosto da palavra “tutela”. O Estado é um parceiro. Nós temos ideias, devemos propô-las, devemos propor políticas.

Também a palavra “sector” remete para áreas divididas, sectorizadas, e penso que esta é uma ideia que devemos ultrapassar. Deixemo-nos contaminar, o diálogo não precisa ser rígido.



Quanto à palavra “serviço”, faz-me pensar em prestação de serviços, quando a Cultura é um direito fundamental.

É difícil encontrarmos vocabulários-base, mesmo entre nós. As palavras reflectem muitas vezes ideias estereotipadas que temos de “cultura” ou de “públicos”.

Na Cultura faz-se um investimento, não se trata de um “apoio”. A Cultura é uma construção diária, no entanto, muitas agendas de programação cumprem os propósitos das respectivas organizações culturais, mas não das pessoas. As organizações devem escutar as pessoas.

Se não decidirmos as premissas, é muito difícil falarmos de dinheiro. Estamos também bastante orientados para copiar modelos anglo-saxónicos, franceses, etc., quando artistas latinoamericanos tiveram experiências bastante influentes.

Márcio Laranjeira

Da forma como a Cultura é tratada, só podemos falar em “apoio”. As medidas aplicadas têm como objectivo apoiar os artistas. Isto só vai mudar quando o sector ganhar peso, quando o ecossistema for desenvolvido, como noutros países.

A população tem de ver a importância da Cultura. No entanto, se o Governo não olha para esta área com seriedade, o público também não o fará.

É importante mantermos o diálogo aberto. O queixume constante não ajuda a implementar modelos e concretizar ideias. Devemos apresentar coisas mais concretas e definidas e ganhar poder de negociação.

Madalena Victorino / Giacomo Scalisi

“Comunicação” é uma palavra essencial. Durante algum tempo, em reuniões em que tentávamos promover o nosso trabalho, propor parcerias, o outro lado não nos entendia.

Na nossa área somos pessoas de muitas culturas, desenvolvemos diferentes trabalhos (às vezes em oposição), há muita diversidade e multiplicidade no nosso país. Neste momento, sente-se um impulso, é um momento raro de aproximação. Vemos a tutela assumir que se enganou, assumir a responsabilidade por *timings* errados.

Podemos criar uma rede comunicacional. Temos de estar atentos aos nossos colegas. Somos muitos a trabalhar em conjunto. Temos uma cratera aberta à nossa frente. Temos de olhas incisivamente para a ferida, encontrar um caminho.

É preciso investir na dinâmica de territórios diferentes. Há expressões artísticas diferentes, a vida é vivida nos vários pontos do país de forma diferente. Que não liga à Cultura, acha um disparate investir-se nisso. Mas pode-se criar oportunidades para ver e ganhar interesse. É um investimento da parte do Estado para as populações terem acesso à Cultura. No entanto, deve-se pensar também na sustentabilidade destes investimentos (o Lavrar o Mar foi apoiado pelo programa 365 Algarve, que agora acabou). Devemos ajudar a tutela a pensar, há pessoas muito preparadas para isso.



Trabalhar no terreno, assim podemos ir ao encontro das pessoas e conhecer experiências diferentes do quotidiano delas. Temos pessoas que não sabem ler, que não saberiam dizer para que a arte serve. Trabalhando em conjunto, criamos um outro tipo de pensamento, que não se tinha até lá.

São opções de vida dos próprios artistas.

Ricardo Baptista / Ana Isabel Bragança

Sentimos também a incompreensão dos nossos interlocutores, a vários níveis. Precisamos de normalizar o nosso glossário, mas antes é necessário debater. O que é que entendemos por “comunidade”, “participação”, “co-criação”? Provavelmente, nós próprios que trabalhamos no meio temos entendimentos e práticas diferentes. Para os nossos interlocutores, trabalhar com a comunidade é “trabalhar com velinhos”.

O ecossistema está a crescer: há mais actores, maior diversidade de propostas, maior “peso”. É preciso adequarmos o nosso vocabulário para podermos comunicar com os nossos diversos interlocutores: municípios, comunidades intermunicipais, etc. Podemos sentar à mesa com programadores conscientes, que têm uma missão, e com quem discutimos o projecto que vamos desenhar. Ao mesmo tempo, recebemos pedidos para entregar “pacotes” e procuramos sempre adequar os projectos.

Para dentro da N2 não há associações culturais. Temos aqui um terreno onde os agentes profissionais não entram em concorrência com os amadores. Aqui desenvolve-se a cultura do dia-a-dia, a cultura do encontro.

Em Portugal está enraizada a ideia que a Cultura “não nos compete”, tal como a Democracia “não nos compete”. Temos de poder criar valor e isto faz-se criando raízes no terreno e com a insistência em políticas culturais de tecido. O próprio público cria valor e assume um compromisso no acto criativo. É algo que se pode ver no contacto com a população, de todas as idades, na aldeia de Cem Saldos (organizadora do Festival Bons Sons).

A ondamarela é uma empresa e encaramos isto como um “statement”.

Vera Mantero

O Rumo do Fumo também é uma empresa, mas foi um acaso, não foi algo propositado e não teve alguma influência no nosso trabalho.

Considero que somos “apoiados” pela Direcção-Geral das Artes e que os programadores investem em nós. São realidades diferentes de diferentes proveniências. De qualquer forma, a palavra “apoio” é melhor que “subsídio”.

As nomenclaturas são importantes. Não vejo a dicotomia apoiar o profissional ou o acesso à cultura? Investe-se na ida dos cidadãos. Se este investimento, os bilhetes seriam muito mais caros.

A Cultura deve ser um desejo que exista na vida das pessoas. É preciso haver uma comunidade maior que consiga sentir essa parte da nossa vida como algo fundamental. Se vivêssemos num país em que se investisse a sério na Cultura, mesmo as pessoas que não iriam usufruir ou apreciar tudo o que se faz iriam viver bem com isso. Porque saberia que o que elas próprias apreciam tem direito de existir, e o resto também.

Debate / Chat online

- Não devemos sentir-nos desconfortáveis com palavras como tutela ou sector. É algo que temos em todas as áreas de actividade, é uma forma de nos referirmos à organização da nossa área. A palavra “sector” remete para uma área económica, com entidades representativas. A nossa condição profissional deve ser discutida num contexto profissional, entre pares. Não será discutida com a comunidade em geral, nenhuma área faz isso, não faria sentido.
- Nesta estruturação da nossa área, temos um elemento que nunca se manifesta, nunca tem voz activa (ou, se tem, não é do conhecimento da comunidade): as Direcções Regionais de Cultura. Isto é preocupante, o seu papel continua pouco claro. No entanto, estão muito próximas do terreno, poderiam ser os interlocutores imediatos, reflectir connosco. Mas não conseguem sê-lo.
- As Direcções Municipais funcionam com nomeações políticas, condicionando o papel que poderiam estar a desempenhar.
- Existe muita burocracia (CCDRs, CIMs, autarquias). Os processos são confusos, o acesso é difícil. Também existe alguma incapacidade técnica: os funcionários não têm preparação para o seu trabalho e não compreendem as dinâmicas e especificidades desta área. Este é um problema estrutural.
- É importante que exista uma maior exigência da parte do sector para competência técnicas e científicas de quem desempenha funções. Na Cultura, toda a gente quer ter opinião. É importante que as pessoas se sintam comprometidas, que conheçam o terreno. Falta conhecimento.
- Os nossos interlocutores não têm interesse nem formação para entender o que é uma política cultural. É frustrante e constrangedor.
- Os agentes culturais também não possuem muitos conhecimentos sobre os instrumentos de gestão do território.
- As pessoas (os técnicos) precisam de atenção. O reconhecimento é um factor de empoderamento.
- No tempo do Guterres, fizemos uns Estados Gerais do desenvolvimento local /cultural e conseguiu-se um federamento dos vários desenvolvimentos locais em marcha.
- Neste momento, com os movimentos que estão em marcha, parece-me ser possível federar esse campo. Estou a pensar na Acção Cooperativista, que reúne muitos tipos de profissionais, por exemplo. Parece indicar essa possibilidade. Seria preciso agarrar este momento, criar um “thinktank”, fazer uns estados Gerais da Política Cultural. Como se federaram os vários interesses para criar o Congresso Democrático das Alternativas, durante a troika? Foi uma coisa inovadora, pôs as esquerdas a falarem juntas (o que parecia impossível) e foi de facto o que permitiu chegar-se à geringonça... Ou seja, conseguiu o milagre... :-)
- A Cultura é um bem público. Faz sentido que se invista para criar condições de acesso.
- Para além do Festival Bons Sons, a Festa do Caldo da aldeia de Quintandona (Penafiel) é outra iniciativa, inicialmente da Câmara, da qual a população de apropriou.

Referências

[Manifesto do festival Bons Sons](#)

Sam Mendes, [How we can save our theatres](#)



acesso
cultura
access
culture